

# Sarney prega negociação para superar problemas

11 DEZ 1982

O senador José Sarney, presidente nacional do PDS, justificou seu esforço em favor de um entendimento com dirigentes e líderes políticos opositores com a afirmação de que "nenhuma questão será resolvida sem antes passar pelo exame da área política".

O dirigente do partido governista referiu-se expressamente à crise econômica, sustentando que as oposições passaram a partilhar a responsabilidade pela solução dos problemas do país a partir do momento em que conseguiram eleger dez governadores, alguns de Estados de notória importância na Federação.

José Sarney advertiu que os resultados das eleições de 15 de novembro conduziram a um perfeito equilíbrio das forças políticas, fazendo com que as responsabilidades pela problemática nacional passassem a ser igualmente partilhadas pelo governo e as oposições.

Essa realidade obriga a existência de um clima de negociação política dentro do Congresso, uma vez que nenhum dos dois lados terá condições de levar avante qualquer iniciativa de magnitude sem a colaboração do outro parceiro. O quadro poderia ser inteiramente diverso se o eleitorado tivesse dado a maioria esmagadora no Congresso a qualquer uma das duas partes.

— As questões não poderão ser equacionadas através de decisões unilaterais. Chegamos a uma fase de transação, que obriga a participação de todos no exame dos problemas e na discussão das soluções. Creio que o importante, agora, é preparar o ambiente para a nova fase que vamos viver e que sepulta, definitivamente, o maniqueísmo e seu subproduto, que é o radicalismo — afirmou o presidente do PDS.

Sentindo-se estimulado pelo governo a realizar uma missão preliminar na área política, Sarney lembrou que já conversou com os presidentes do PMDB e do PDT, Ulysses Guimarães e Ivete Vargas, bem como com o presidente do PDT, senador Roberto Saturnino, encontrando "estimulante boa vontade da parte de todos".

Sarney acredita que a gravidade da crise econômica é um motivo a mais para que dirigentes e líderes de todos os partidos examinem fórmulas de entendimento e colaboração. Para ele, a posição do governo brasileiro diante das dificuldades é a mais correta, encaminhando os remédios mais adequados para a crise.

Sustentou que o endividamento externo, que hoje assusta a tantos, foi benéfico ao permitir que o Brasil executasse um programa de desenvolvimento econômico que resultou num patrimônio concreto. Insistiu em lembrar que o Brasil ostenta hoje a oitava economia do mundo, em termos de patrimônio e de produto, "sendo, portanto, natural que absorva seu quinhão na crise econômica mundial".

Ele classificou de infundados rumores sobre uma próxima reforma ministerial, que deslocaria Delfim Netto do Ministério do Planejamento para o Ministério da Fazenda — deste saindo Ernane Galvêas, enquanto que o embaixador e senador Roberto Campos assumiria a Seplan com o grande conceito de que goza no sistema financeiro internacional.

— Não tenho conhecimento de nenhum dado que me leve a acreditar nesses rumores. Pelo contrário, o presidente da República manifesta-se satisfeito com o desempenho das autoridades responsáveis pela política econômica e não tem motivo para efetuar nenhuma substituição, agora.

O presidente do PDS reiterou a posição de seu partido e do governo contrária à aprovação de proposta de emenda constitucional de autoria do senador Mauro Benevides (PMDB-CE), restabelecendo a eleição direta para escolha dos prefeitos das capitais, repetindo o argumento de que se faz necessário que os prefeitos daquelas continuem sendo pessoas de absoluta confiança dos governadores — seus auxiliares imediatos.

Nada impede, contudo, que os governadores da Oposição promovam plebiscitos ou consultas populares a fim de conhecer a preferência popular, antes de indicarem às Assembléias os prefeitos.